CONTRATO Nº 23IN1001000086

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO À IMPLEMENTAÇÃO E CONFORMIDADE DO REGULAMENTO GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (RGPD) NO IGFSS, I.P.

Entre:

PRIMEIRO CONTRATANTE: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, IP, pessoa coletiva n.º 500 715 505, com sede na Avenida Manuel da Maia, n.º 58, em Lisboa, representado por Sara Maria Murta Ribeiro, Vogal do Conselho Diretivo, no uso de competência delegada, nos termos dos artigos 36.º e 38.º do Código dos Contratos Públicos, em conjugação com o ponto 2.3. da Deliberação n.º 496/2020, de 4 de fevereiro, publicada no Diário da República, 2.ª série, n.º 78, de 21 de abril, e com alínea b) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho; -----

E

SEGUNDO CONTRATANTE: MANTAOPERATIONS, LDA, com sede na Rua Dom João V, 24, Campo de Ourique, 1250-091 – Lisboa, matriculada na Conservatória do Registo Comercial Lisboa sob o número único de matrícula e pessoa coletiva n.º 514436298, com o capital social de 1.000,00 Euros, representado por Pedro Monteiro de Barros Tavares, na qualidade de gerente, com poderes para outorgar este ato. -----

Considerando que: -----

- a. Por deliberação do Conselho Diretivo do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, de 28 de dezembro de 2022, foi autorizada a despesa, abertura do procedimento por concurso público, bem como aprovadas as peças do procedimento para a contratação de serviços de apoio à implementação e conformidade do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) no IGFSS, I.P. nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP e respetivos encargos plurianuais, nos termos do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro. -----
- b. Por deliberação do Conselho Diretivo, de 25 de maio de 2023, foi autorizada a adjudicação dos serviços de apoio à implementação e conformidade do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) no IGFSS, I.P. bem como aprovada a minuta do presente contrato. -----

É celebrado o presente contrato, que se rege pelo clausulado subsequente: -----

Cláusula primeira

(Objeto)

O presente contrato tem por objeto a aquisição de serviços de apoio à implementação e conformidade do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) no IGFSS, I.P. com a Classificação Estatística de Produtos por Atividade (CPV): 72300000-8 – Serviços relacionados com dados, de acordo com as especificações técnicas do caderno de encargos.-----

Cláusula segunda

(Vigência)

1. O contrato inicia-se no dia útil seguinte ao da data de assinatura e vigora pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato. -----
2. Caso seja atingido o termo referido no número anterior e não seja concluída a prestação de serviços o Segundo Contratante não terá direito a qualquer indemnização. -----

Cláusula terceira

(Obrigações do Segundo Contratante)

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas em legislação aplicável ou no Caderno de Encargos, do contrato decorrem para o Segundo Contratante as seguintes obrigações inerentes à aquisição de serviços de apoio à implementação e conformidade do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD): -----
 - 1.1 Executar as ações em conformidade com as especificações técnicas; -----
 - 1.2 Cumprir as regras de segurança impostas por lei para a execução dos trabalhos em causa; -----
 - 1.3 Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o cumprimento das obrigações assumidas no contrato a celebrar; -----
2. Constituem ainda obrigações do Segundo Contratante: -----
 - 2.1 Comunicar ao Primeiro Contratante, logo que deles tenha conhecimento, os factos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação dos serviços, bem como o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações, nos termos do contrato celebrado; -----
 - 2.2 Não alterar as condições de prestação de serviços fora dos casos previstos no caderno de encargos; -----
 - 2.3 Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições em que são prestados os serviços, bem como todos os esclarecimentos que se justificarem; -----
 - 2.4 Comunicar ao Primeiro Contratante qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais com relevância para a prestação de serviços, a sua situação jurídica e a sua situação comercial; -----
 - 2.5 Cumprir as disposições legais e regulamentares em vigor sobre a segurança, higiene e saúde no trabalho, relativamente a todo o pessoal que executa os trabalhos objeto deste procedimento, sendo da sua conta os encargos que daí resultem; -----

- 2.6 A assunção pelo Segundo Contratante como único responsável pelos prejuízos causados ao Primeiro Contratante, pelos seus colaboradores e terceiros, decorrentes direta ou indiretamente da prestação de serviços. -----
3. A título acessório, o Segundo Contratante fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados ao cumprimento do contrato, bem como, ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo. -----
 4. Todos os relatórios, registos, comunicações e demais documentos elaborados pelo Segundo Contratante devem ser integralmente redigidos em português. -----
 5. O Segundo contratante deverá indicar um interlocutor privilegiado a quem competirá toda a articulação com o Primeiro Contratante, para quaisquer esclarecimentos e resolução de situações urgentes. -----

Cláusula quarta

(Preço contratual e condições de pagamento)

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do caderno de encargos, o Primeiro Contratante deve pagar ao Segundo Contratante o preço constante da proposta adjudicada, no montante de 43.200,00 EUR (quarenta e três mil e duzentos euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, desagregado nos termos seguinte: -----

	2023	2024	2025	2026	Total
Valores s/IVA	7.200,00 €	14.400,00 €	14.400,00 €	7.200,00 €	43.200,00 €
Valores c/IVA	8.856,00 €	17.712,00 €	17.712,00 €	8.856,00 €	53.136,00 €

2. As quantias devidas pelo Primeiro Contratante, nos termos do(s) artigo(s) anterior(es), deve(m) ser paga(s) no prazo de 30 (trinta) dias após a receção da fatura, o que só poderá suceder após a execução dos serviços a que se refere, não podendo ocorrer quaisquer adiantamentos por conta dos serviços a prestar, devendo esta ser acompanhada de todos os elementos descritivos e justificativos que permitam a sua conferência. -----
3. Em caso de discordância por parte do Primeiro Contratante, quanto aos valores indicados na fatura, deve este comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o mesmo obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida. -----
4. As faturas deverão ser emitidas em nome do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, IP, sito na Av. Manuel da Maia n.º 58, 1049-002 Lisboa, e encontram-se sujeitas ao disposto no artigo 299.º B do CCP, devendo, para o efeito, deve ser utilizado o sistema de faturação eletrónica disponibilizado pela eSPap, e identificar: -----
 - 4.1. O objeto do contrato; -----
 - 4.2. O número do contrato; -----
 - 4.3. O número do compromisso; -----
5. Durante a vigência do contrato não haverá lugar a revisão/atualização do preço contratado. -----

6. Qualquer atraso no pagamento das faturas referidas nos números anteriores da presente cláusula não autoriza o Segundo Contratante a invocar a exceção de não cumprimento de qualquer das obrigações, que lhe incumbem por força do contrato, salvo nos casos previstos no artigo 327.º CCP. -----

Cláusula quinta
(Proteção de dados)

1. O Segundo Contratante compromete-se a assegurar o cumprimento das obrigações decorrentes do Regulamento Geral de Proteção de Dados (doravante designado RGPD) – Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27/4 de 2016, e da Lei n.º 58/2019 de 8 de agosto, durante a vigência do contrato e, sempre que exigível, após a sua cessação, designadamente: -----
- 1.1. Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela entidade adjudicante, única e exclusivamente para as finalidades previstas no contrato; -----
- 1.2. Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos; -----
- 1.3. Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que a entidade adjudicante esteja especialmente vinculada, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas; -----
- 1.4. Pôr em prática as medidas técnicas e organizativas necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta da entidade adjudicante, nomeadamente contra a respetiva destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou os acessos não autorizados, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos; -----
- 1.5. Prestar à entidade adjudicante toda a colaboração de que esta careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais, efetuado ao abrigo do contrato; -----
- 1.6. Manter a entidade adjudicante informada em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos mesmos, ou que, de algum modo, possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais; -----
- 1.7. Assegurar o cumprimento do RGPD e demais legislação relativa à proteção de dados, por todos os seus colaboradores, incluindo toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao Segundo Contratante, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o Segundo Contratante e o referido colaborador; -----
- 1.8. Assegurar que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade; -----
- 1.9. Não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela entidade adjudicante ao abrigo do contrato, exceto quando tal lhe tenha sido expressamente comunicado, por escrito, por esta ou quando decorra do cumprimento de uma obrigação legal; -----

- 1.10. Adotar as medidas de segurança previstas no artigo 32.º do RGPD, que assegurem a confidencialidade, a integridade, a disponibilidade e a resiliência dos sistemas e serviços de tratamento de dados pessoais e implementar um processo para testar, apreciar e avaliar regularmente a eficácia destas medidas; -----
 - 1.11. Prestar a assistência necessária à entidade adjudicante no sentido de permitir que esta cumpra a obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados, tendo em vista o exercício dos direitos previstos no RGPD, nomeadamente o direito de acesso, retificação, oposição, apagamento, limitação e portabilidade dos seus dados pessoais; -----
 - 1.12. Garantir a eficácia de mecanismo de notificação efetivo em caso de violação de dados pessoais para efeitos do cumprimento do previsto no art.º 33 do RGPD. -----
2. O Segundo Contratante será responsável por qualquer prejuízo em que o Primeiro Contratante ou qualquer terceiro venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte do mesmo e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis. -----

Cláusula sexta

(Sigilo e confidencialidade)

1. O Segundo Contratante deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ou detida pelo Primeiro Contratante, de que possa ter conhecimento ao abrigo do contrato, nos termos legalmente previstos. -----
2. A informação e a documentação coberta pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato. -----
3. Exclui-se do dever de sigilo, a informação e a documentação que o Segundo Contratante seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes. -----
4. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 10 (dez) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidas às pessoas coletivas públicas. -----
5. O Segundo Contratante assumirá direta e pessoalmente a responsabilidade por qualquer dano patrimonial ou moral que o Primeiro Contratante ou qualquer terceiro venha a sofrer em consequência de ato, ação ou omissão, praticado, dolosa ou negligentemente, por qualquer dos seus colaboradores, em violação do dever de sigilo a que estão obrigados. -----
6. O Segundo Contratante garante que terceiros que envolva na execução dos serviços respeitam as obrigações de sigilo e confidencialidade constantes nos números anteriores. -----

Cláusula sétima
(Gestor do contrato)

1. O gestor do contrato do Primeiro Contratante que acompanhará em permanência a execução deste, é o [REDACTED]
[REDACTED]
2. A eventual substituição ou designação de um novo gestor do contrato pelo Primeiro Contratante será comunicada por escrito, atempadamente, ao Segundo Contratante.

Cláusula oitava
(Sanções)

1. No caso de incumprimento dos prazos fixados no contrato e por causa imputável ao Segundo Contratante, será aplicada uma sanção, calculada de acordo com a seguinte fórmula: $P=V*A/500$, em que P corresponde ao montante da sanção, V é igual ao valor do fornecimento dos serviços e A é o número de dias em atraso, até ao limite de 20% do preço contratual.
2. O não cumprimento das cláusulas de execução do contrato, quando a sua gravidade o justifique pelos danos causados, poderá constituir fundamento para a sua resolução imediata, independentemente das sanções previstas na lei e de outros procedimentos legais que se julgue conveniente adotar.

Cláusula nona
(Força maior)

1. Não podem ser impostas sanções ao Segundo Contratante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
- 3.1 Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;
- 3.2 Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedade ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- 3.3 Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- 3.4 Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;
- 3.5 Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- 3.6 Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;
- 3.7 Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

- 4 A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte. -----
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior. -----

Cláusula décima
(Resolução do contrato)

1. O incumprimento, por uma das partes, dos deveres resultantes do contrato confere, nos termos gerais de direito, à outra parte o direito de resolver o contrato, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais.
2. Considera-se incumprimento dos deveres resultantes do contrato, para além das previstas no artigo 333.º do Código dos Contratos Públicos, a violação das especificações técnicas do caderno de encargos. -----

Cláusula décima primeira
(Comunicações e notificações)

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato. -----
2. O Segundo Contratante deverá informar o Primeiro Contratante das alterações verificadas durante a execução do contrato, referentes a: -----
 - 2.1. Poderes de representação no contrato celebrado para a aquisição dos serviços; -----
 - 2.2. Nome ou denominação social; -----
 - 2.3. Endereço ou sede social; -----
 - 2.4. Quaisquer outros fatores que alterem de modo significativo a sua situação. -----
3. Em sede de execução contratual, todas as comunicações são efetuadas por escrito e enviadas através de correio registado ou correio eletrónico, de acordo com os elementos a designar no contrato. -----
4. Qualquer comunicação ou notificação feita por carta registada é considerada recebida na data em que for assinado o aviso de receção ou, na falta dessa assinatura, na data indicada pelos serviços postais. -----
5. Qualquer comunicação ou notificação feita por correio eletrónico é considerada recebida na data constante na respetiva comunicação da receção transmitida pelo recetor para o emissor. -----
6. As notificações e as comunicações que sejam efetuadas através de correio eletrónico, fax ou outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados, feitas após as 17 horas do local de receção ou em dia não útil nesse mesmo local, presumem-se feitas no dia útil seguinte. -----

Cláusula décima segunda

(Compromisso)

A despesa tem cabimento orçamental previsto no ano económico de 2023, no Orçamento da Segurança Social na rubrica "D.02.02.20.02" com a classificação económica "Outros trabalhos especializados", com o registo de compromisso n.º 1323026414 e registo no Sistema Central de Encargos Plurianuais (SCEP) da Direção Geral do Orçamento, com o n.º SCEP n.º 29/2022. -----

Cláusula décima terceira

(Alterações à prestação de serviços)

1. O Segundo Contratante poderá propor as alterações, que julgue necessárias aos serviços a prestar devendo, para esse efeito, apresentar todos os elementos necessários à sua apreciação. -----
2. As alterações referidas no número anterior só poderão ser efetuadas se forem previamente autorizadas por escrito pelo Primeiro Contratante e não poderão resultar num aumento do preço ou do prazo de vigência do contrato. -----

Cláusula décima quarta

(Foro competente)

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro. -----

Cláusula décima quinta

(Legislação aplicável)

Em tudo o que não esteja especialmente previsto no presente contrato aplica-se o disposto no caderno de encargos, no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e demais legislação aplicável. -----

Cláusula décima sexta

(Disposições finais)

1. Fazem parte integrante do presente contrato, para todos os efeitos legais, o respetivo clausulado e os seguintes documentos: -----
 - 1.1. O caderno de encargos; -----
 - 1.2. A proposta do Segundo Contratante. -----
2. Os contratantes declaram que aceitam e se obrigam a executar o presente contrato com todas as suas cláusulas, sendo que, em caso de dúvidas, prevalecem as normas do Código dos Contratos Públicos e seguidamente os documentos referidos no número anterior, pela ordem em que aí se encontram indicados. -----
3. No presente contrato e nos documentos do n.º 1, engloba-se a totalidade dos direitos e obrigações das partes.